

## DEMOCRATIZAR PARA DESENVOLVER

Antenor Demeterco Neto

O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado em 2002 constatou que nos países latino-americanos e, conseqüentemente, no Brasil, existe uma forte tensão entre a escolha pelo desenvolvimento econômico e a democracia, sendo relativamente baixa a preferência da população por esta última.

Não é difícil concluir que são os altos níveis de exclusão socioeconômica que têm levado as populações latino-americanas a valorizar mais os avanços econômicos do que a ampliação das práticas democráticas.

No entanto, o que a América Latina e o Brasil ainda não perceberam é que a democracia não é tão-somente um valor em si mesmo, mas também um ambiente necessário para se alcançar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, não sendo preciso escolher entre um e outro. Até porque, o exercício da democracia pela população é o meio mais eficiente de se cooptar as escolhas e preferências sociais que devem determinar as diretrizes de qualquer estratégia desenvolvimentista competente.

O debate, portanto, deve mudar de foco e se voltar para o aperfeiçoamento e ampliação das práticas democráticas na região, o que implica na necessária revisão da noção que os latino-americanos e, em específico, os brasileiros, têm de democracia.

Atualmente, o processo de democratização, entendido como a criação e utilização de instrumentos capazes de possibilitar a participação dos interessados na tomada de decisões, não se limita apenas no inter-relacionamento das democracias direta, indireta e semidireta, mas, principalmente, na transposição da democracia formal, na qual o indivíduo é visto como cidadão, para a democracia substancial, na qual o indivíduo é encarado em suas múltiplas condições, como, por exemplo, a de pai e de profissional.

A democracia contemporânea não é mais entendida como uma simples forma de governo em que os elementos definidores da sua natureza são o número de governantes e a maneira como se exerce o poder político. A definição moderna identifica a democracia como uma forma de governo em que objetivos e princípios traçam as diretrizes de atuação dos detentores do poder político. E a essência desses objetivos e princípios está na igualdade socioeconômica e não mais apenas na igualdade jurídica.

Particularmente no Brasil, a idéia que os brasileiros possuem de democracia contém limitações extraordinárias, as quais são maximizadas pelo que Raymundo Faoro chama de *estamento burocrático* que exerce forte domínio sobre o patrimonialista Estado brasileiro, contribuindo para restringir as práticas democráticas no país. Segundo Faoro, a estrutura burocrática do Estado brasileiro não está preocupada com o regular desempenho do mercado em associação com o exercício de práticas político-democráticas. Muito pelo contrário, a apreensão estatal está em atender os interesses do *estamento burocrático*, ou seja, de grupos particulares que comandam o Estado mediante a ocupação de posições e postos na estrutura organizacional pública e/ou outras formas de se exercer ingerência política.

Imperfeições como essas levam os brasileiros a desacreditarem na democracia como o caminho mais eficiente para se alcançar o desenvolvimento econômico

sustentável. Porém, se a democracia vai mal é porque falta democracia, pois somente com o aperfeiçoamento e a ampliação das práticas democráticas o Estado conseguirá cooptar as opções sociais que deverão determinar as diretrizes de qualquer estratégia desenvolvimentista que vise o resultado e a sustentabilidade. Portanto, é preciso democratizar para desenvolver.

\*Antenor Demeterco Neto é advogado, doutorando em “Direito Econômico e Sócio-ambiental”, Mestre em “Organizações e Desenvolvimento”, MBA em “Direito da Economia e da Empresa”, e especialista em “Direito Tributário Contemporâneo”.